

# As determinações do trabalho no modo de produção capitalista

Amanda Larissa Magalhães Ferreira<sup>1</sup>  
Luciene de Barros correia Teotonio<sup>2</sup>  
Sanney Karoliny Calixto Barbosa<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar as determinações do trabalho no modo de produção capitalista, para tanto, partimos da discussão acerca do trabalho como categoria universal, necessária a qualquer formação social. Essa pesquisa ocorreu a partir de uma investigação bibliográfica, com referencial teórico marxiana e de autores alinhados a perspectiva crítico-histórica. Ao adentrar na discussão sobre o modo de produção capitalista focamos no fato de que a partir deste contexto o trabalho ganha uma nova característica, pois, os valores de uso resultado do processo de trabalho, passam a ser subordinados pelos capitalistas ao serem transformados em valores de troca. Esta afirmação não significa dizer que no capitalismo os valores de uso deixem de existir, mas que sua produção será subordinada a lógica do mercado. Diante dessa discussão inerente ao modo de produção capitalista é enfatizado aspectos gerais acerca das contradições e desigualdades inerente ao modo de produção capitalista que caracteristicamente possui desde sua gênese até os tempos contemporâneos a priori redução do seu objetivo que se resume na garantia do lucro capitalista e na diminuição dos homens a mera mercadoria.

Palavras chaves: Modo de produção capitalista, trabalho, trabalho abstrato.

## 1. INTRODUÇÃO

Toda sociedade necessita produzir sua riqueza material e para que essa produção aconteça, faz-se necessário que o homem transforme a natureza em valores de uso. Ao converter a natureza em meios de subsistência ou de produção, o homem atua de forma consciente e intencional, controlando e executando sua ação através de seus membros corpóreos contra os elementos da natureza. O desenvolvimento desta ação consciente resulta em algo necessariamente novo, atuando de formas variadas conforme suas necessidades, o que implica numa distinção da ação humana de qualquer atividade natural. Sendo o trabalho uma categoria universal e pertencente a todas as formações sociais, ela também ocorrerá na sociedade burguesa, entretanto, em razão da necessidade do capital gerar lucro, o trabalho e a produção de valores de uso encontra-se submetido a lógica da produção da mercadoria. Assim sendo os imperativos da lucratividade estarão num patamar superior aos da produção voltadas para o atendimento das legítimas necessidades humanas. A totalidade da riqueza social no modo da produção capitalista, embora tenha seus fundamentos inelimináveis na produção material realizada no intercâmbio orgânico do homem com a natureza, sua reprodução se dá pela apropriação da mais-valia. O interesse do sistema capitalista volta-se para o retorno que os valores de uso trarão ao serem trocados, mercantilizados, ou seja, será produzido aquilo que for lucrativo. Estando os valores de uso submetidos a lógica dos valores de troca, o próprio trabalhador não produz apenas mercadorias, ele também é uma mercadoria, entretanto, diferentemente das demais mercadorias, essa é a única capaz de gerar a riqueza apropriada pelos detentores dos meios de produção, a burguesia. Através do trabalho assalariado e da exploração da classe trabalhadora, ocorre a apropriação da riqueza, que ao ficar concentrada nas mãos de poucos,

---

<sup>1</sup> E-mail: amandamagalhaesf@hotmail.com - Aluna graduada do Curso de Serviço Social da Faculdade Integrada Tiradentes – FITs. (AL)

<sup>2</sup> E-mail: luciene\_bct@hotmail.com - Aluna graduada do Curso de Serviço Social da Faculdade Integrada Tiradentes – FITs. (AL)

<sup>3</sup> E-mail: sanneykarol@gmail.com - Aluna graduada do Curso de Serviço Social da Faculdade Integrada Tiradentes – FITs. (AL)

produz o empobrecimento dos trabalhadores. Diferentemente das sociedades anteriores ao capitalismo, os valores de troca assumem uma posição indispensável para a reprodução desse sistema, uma vez que cumpre um papel de eixo regulador das relações sociais.

## 1.1 TRABALHO COMO CATEGORIA UNIVERSAL

O trabalho é a atividade indispensável para reprodução social de toda e qualquer sociedade e refere-se a relação do homem com a natureza, procedendo de forma que o homem ao transformá-la em uma base material necessária para atender suas necessidades<sup>4</sup> humanas. Ao realizar-se essa transformação, o trabalho desencadeia e desenvolve novas necessidades, bem como, eleva a capacidade produtiva não somente individual, mas abre também novas possibilidades de desenvolvimento social (LESSA, 2007).

Segundo Marx (1996), o que diferencia o trabalho de qualquer atividade natural desenvolvidas por outros seres, é o ato do homem idealizar o resultado final do trabalho antes de sua objetivação. Ao converter a natureza através de sua ação, o faz por meio de sua força física e de sua potência espiritual. O homem ao converter a natureza em meios de subsistência ou de produção<sup>5</sup> converte-a de forma consciente e intencional, controlando e executando sua ação através de seus membros corpóreos contra os elementos da natureza (MARX, 1996), com uma finalidade idealizada. O desenvolvimento desta ação consciente resulta em algo necessariamente novo, atuando de formas variadas conforme suas necessidades, o que implica numa distinção da ação humana de qualquer atividade natural<sup>6</sup>.

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente (MARX, 1996, p. 297-298).

Dessa forma, o trabalho é uma atividade pertencente ao humano, sendo necessariamente uma categoria social. No trabalho existe uma relação que envolve a ação do homem sobre a matéria, a existência dos dois é imperiosa e o comando da ação é realizada pelo ser humano. De acordo com Marx: “[...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media (sic), regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1996, p. 297).

---

<sup>4</sup> Conforme esclarece Marx, essas necessidades podem ser para sua subsistência ou corresponder a uma fantasia, portanto, pode está relacionado aos aspectos objetivos do ser humano, ou na dimensão subjetiva. O trabalho “satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do *estômago* ou da *fantasia*, não altera nada na coisa” (1996, p. 165, grifo nosso).

<sup>5</sup> Nas palavras de Marx: “Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção” (MARX, 1996, p. 165).

<sup>6</sup> Segundo Netto e Braz, “[...] o trabalho, *rompeu* com o padrão natural [...] em primeiro lugar, porque o trabalho *não se opera com uma atuação imediata sobre a matéria natural*; diferentemente, ele exige *instrumentos* que, no desenvolvimento, vão cada vez mais se interpondo entre aqueles que o executam e a matéria; em segundo lugar, porque *o trabalho não se realiza cumprido determinações genéticas*; bem ao contrário, passa a exigir *habilidades e conhecimentos* que se transmitem mediante *aprendizado*; em terceiro lugar, porque o trabalho *não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades*, nem as satisfaz sob *formas fixas*; se é verdade que há um conjunto de necessidades que sempre deve ser atendido (alimentação, proteção contra intempéries, reprodução biológica etc.), as *formas* desse atendimento, quase sem limites, de *novas necessidades*” (2008, p. 31, grifo do autor).

É essa atividade a base fundante do ser social, através dela o homem passa a reproduzir a sociedade, sendo este um processo social<sup>7</sup> amparado por uma base material existente na natureza. Apesar do trabalho encontrar-se dependente dessa base natural, ele se desenvolve para além da esfera da natureza. Conforme nos esclarece Lessa: “O ser social sequer poderia existir sem ter por base a natureza. A reprodução social, todavia, tem por momento predominante uma categoria que nada tem de natural, que é puramente social: o trabalho” (2007, p. 86).

De acordo com Netto e Braz dois aspectos são indispensáveis para uma análise sobre o trabalho enquanto uma “categoria central para a compreensão do próprio fenômeno humano-social” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 29). Trata-se do fato de que o trabalho é uma atividade coletiva e que funda o ser social. Sua atividade não ocorre de forma isolada (indivíduo/natureza), ela tende em abranger o todo que está a sua volta, articulando linguagem, ideologias, conhecimentos com variados sujeitos, e consolidando determinada organização social. “[...] o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, **o ser social**”<sup>8</sup> (NETTO; BRAZ, 2008, p. 34. Grifo do autor).

A relação entre indivíduo e sociedade é intrinsecamente articulada, pois o trabalho por ser uma atividade coletiva, não se destina somente em condicionar o desenvolvimento do homem individualmente, mas também tende em abranger o desenvolvimento da sociedade<sup>9</sup>. Na atualidade com as mudanças na sociedade capitalista surge no debate a discussão sobre o fim do trabalho, no entanto é percebido a partir de Marx e da tradição marxista que não existe sociedade sem trabalho<sup>10</sup>. Portanto o desemprego tem um limite de expansão.

Cabe enfatizar que “toda relação de qualquer indivíduo com a natureza é, sempre e imediatamente, a interação de uma dada sociedade com a natureza, já que não existe indivíduo sem sociedade” (LESSA, 2005, p. 55).

No que se refere ao processo de trabalho, enquanto condição eterna da vida humana Marx assevera que:

Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] *comum a todas as formas sociais* (1996, p. 298 – 303, grifo nosso).

---

<sup>7</sup> “Todo ato de trabalho possui uma dimensão social. Em primeiro lugar, porque ele é também o resultado da história passada, é expressão de desenvolvimento anterior de toda a sociedade. Em segundo lugar, porque o novo objeto promove alterações na situação histórica concreta em que vive toda a sociedade; abre novas possibilidades e gera novas necessidades que conduzirão ao desenvolvimento futuro. Em terceiro lugar, podemos agora acrescentar, porque os novos conhecimentos aplicáveis às situações mais diversas e transformam-se em patrimônio genérico de toda a humanidade na medida em que todos os indivíduos passam a compartilhar.” (LESSA; TONET, 2008, p. 14).

<sup>8</sup> “Para Lukács, portanto, existem três esferas ontológicas distintas: a inorgânica, cuja essência é o incessante tornar-se outro mineral; a esfera biológica, cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo, por meio da transformação do mundo que o cerca de maneira consciente orientada, teleologicamente posta [...] Apesar de distintas, as três esferas ontológicas estão indissolúvelmente articuladas: sem a esfera inorgânica não há vida, e sem a vida não há ser social. Isto ocorre porque há uma processualidade evolutiva que articula as três esferas entre si: do inorgânico surgiu a vida e, desta, o ser social” (LESSA, 2007, p. 24 – 25).

<sup>9</sup> “O que chamamos sociedade são os modos de existir do ser social; é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: a sociedade, e seus membros, constituem o ser social e dele se constitui” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 37).

Analisando a citação acima, Marx considera o trabalho como categoria universal, esta atividade orientada a um fim, surge na gênese do ser social articulada com a natureza à medida que o indivíduo se apropria da matéria natural para produzir valor de uso, ou seja, produzir bens para suprir suas necessidades. No entanto, esta atividade acontece em um contexto marcado em meio à luta pela sobrevivência, sendo o processo de trabalho uma atividade necessária e condicional a existência humana. Independente da forma de organização social a qual norteia a vida dos seres humanos, o trabalho é o elemento primordial para existência desse ser. “[...] o trabalho produz conteúdo material da riqueza de qualquer formação social, seja ela qual for” (LESSA, 2007, p. 165).

Mesmo sendo o trabalho o ato fundante da sociedade, a base ontológica do ser social, não se pode limitar a totalidade da reprodução social restritamente ao trabalho, somente a ação humana sobre a natureza não explica a complexidade da totalidade social, pois há um conjunto de mediações que compõe esta totalidade “[...] determinada por relações estabelecidas entre si” (TONET, 2005 p. 133). Neste sentido o trabalho toma dimensões que vai além de si mesmo. Uma vez que o homem idealiza e transforma matéria no objeto projetado, após objetivado, nem o objeto é o mesmo, nem o homem é o mesmo, pois, ele adquirindo experiências passa a ter novos pensamentos e oportunidades de escolhas em optar para o melhor resultado através de uma ação consciente (LESSA; TONET, 2008).

O homem ao transformar a natureza transforma a si próprio, pois a partir do trabalho surgem outras dimensões que não se esgotam no trabalho, sobre tais argumentos Tonet demonstra que:

[...] dimensão fundante do ser social, ele não se esgota. Que a partir dele e, às vezes como desdobramento de germes já existentes no seu interior (caso da linguagem, da educação, da ciência, etc.), surgem inúmeras outras dimensões, de modo que o ser social é sempre um complexo articulado que inclui a dimensão fundante e um conjunto de outros campos da atividade humana (2005, p.132).

O próprio ato de trabalho como protoforma do ser social permite a criação de outras necessidades e de novos complexos sociais<sup>11</sup> pelo seu processo de exteriorização. O trabalho estimula o desenvolvimento das forças produtivas<sup>12</sup>, ao ocorrer esse desenvolvimento, criam-se condições para o aumento da produção da riqueza material e do conhecimento necessário para o desenvolvimento das forças produtivas. Produzindo uma quantidade maior de bens, tem a potência de libertar o ser humano dos limites naturais realizando um contínuo processo de afastamento das barreiras naturais (LUKÁCS, 1981).

O referido processo de afastamento das barreiras naturais está relacionado ao homem e a sua capacidade de transformar a natureza através do trabalho o que o torna cada vez mais um ser que põe cada vez mais elementos e determinações sociais, e cada vez menos é dependente das determinações naturais, sem nunca aboli-la por inteiro. Significa que o homem passa por um processo não somente de alteração da natureza, mais também de alterar as condições sociais e humanas, perpetuando assim esse afastamento natural. No entanto cabe salientar que há uma insuperável relação do homem com a natureza.

Apesar da discussão acerca do trabalho quanto categoria universal, por ser uma atividade social ele assumi características particulares em determinadas formações sociais. No modo de produção capitalista o trabalho é transformado em uma mercadoria sedo essa a sua característica elementar nessa sociedade.

---

<sup>11</sup> Complexos sociais são elementos que fazem parte das relações sociais e que tem origem histórica resultado da ação humana. Este é um termo utilizado na teoria de Lukács quando trata a respeito do trabalho.

<sup>12</sup> As forças produtivas são um conjunto de elementos que compõe o processo de trabalho.

## 2. Os fundamentos do trabalho abstrato no modo de produção capitalista

O valor de uso que é resultado do processo de trabalho concreto<sup>13</sup>, sob o comando do capitalista, não tem como objetivo exclusivo a satisfação das necessidades da humanidade seja ela material ou espiritual, e sim destina-se a uma finalidade essencial, produzir para o capitalista o lucro. Na lógica burguesa, a produção da riqueza realizada pela força de trabalho somente será realizada mediante a transformação desse produto numa mercadoria.

Netto e Braz, afirmam que, há uma distinção ontológica da essência entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, de forma que:

O trabalho que cria valor de uso é o trabalho concreto (trabalho útil) [...] a criação de valores de uso é uma condição necessária à existência de qualquer sociedade, isso significa que toda sociedade exigirá trabalho concreto de seus membros. [...] Mas, ao examinarmos a mercadoria [...], constatamos que ela não é apenas valor de uso: é também valor de troca – e, para ser trocada, precisa ser comprada [...] quando o trabalho concreto é reduzido à condição de trabalho em geral; tem-se o trabalho abstrato. Na mercadoria encontramos, pois, simultaneamente trabalho concreto e trabalho abstrato – mas não se trata, obviamente, dois trabalhos: trata-se da apreciação do mesmo trabalho sob ângulos diferentes: do ângulo do valor de uso, trabalho concreto; do ângulo do valor de troca, trabalho abstrato (NETTO; BRAZ, 2008, p. 105).

O trabalho abstrato é apropriado pela sociedade capitalista. Este trabalho é controlado de forma direta pelo capital, que fornece as bases para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e o coloca essa atividade orientada a desenvolver-se sob os ditames da mercadoria, o trabalhador é ele mesmo uma mercadoria, força de trabalho, e o resultado de sua ação também é outra mercadoria, objetos úteis, mas que foram produzidos para serem comercializados. A diferença entre essas duas mercadorias, força de trabalho e objetos produzidos, é que apenas a primeira é capaz de gerar um valor a mais do que o capitalista paga pelo seu uso. É a partir do trabalho que a riqueza é socialmente produzida, no entanto, na forma de exploração.

A totalidade da riqueza social no modo da produção capitalista, embora tenha seus fundamentos inelimináveis na produção de um “conteúdo material no intercâmbio orgânico do homem com a natureza pelo trabalho, sua reprodução se dá (sublinhemos imediatamente) pela apropriação da mais-valia e não pelas transformações teleológicas primárias” (LESSA, 2007 p. 167).

Para atender as necessidades do modo de produção capitalista, não basta apenas a produção do valor de uso, pois, produzir bens para atender as necessidades individuais e coletivas dos homens no sentido apenas do auto consumo não gera lucratividades, pois “*nem tudo que possui valor de uso resultante do trabalho é mercadoria*” (NETTO; BRAZ 2008, p. 79. grifo do autor). O interesse do sistema capitalista volta-se para o retorno que os valores de uso trarão ao serem trocados, mercantilizados, ou seja, será produzido aquilo que for lucrativo. Isso significa dizer que qualquer conteúdo material só terá direito a existência se sua produção contribuir para o enriquecimento do capitalista (LESSA, 2007).

### 1.3 Exploração e pauperização da classe trabalhadora.

---

<sup>13</sup> “Trabalho concreto é aquele que cria valor de uso [...] necessária á existência de qualquer sociedade” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 105).

Ao tratar da exploração da classe trabalhadora e sua exclusão<sup>14</sup> na sociedade capitalista, a necessidade que o trabalhador tem de vender a sua força de trabalho é motivada em razão deste não possuir nenhuma alternativa, pois os meios de produção não lhe pertencem. Não tendo a posse desses meios, o capitalista compra a força de trabalho e expropria da classe trabalhadora a riqueza que ela produziu. Dessa forma, o trabalhador produz a riqueza, mas não usufrui a mesma.

Apesar do trabalhador produzir, sua força de trabalho fica tendencialmente cada vez mais barata. O trabalhador não produz apenas mercadorias, ele também é uma mercadoria (NETTO; BRAZ, 2008). E sendo assim a exploração que ocorre demonstra que cada vez mais o trabalho que é produzido representa benefícios essencialmente para o capital, pois o trabalhador continua sendo desvalorizado, apesar da sua força de trabalho ser indispensável para a sociedade.

O que o trabalhador recebe para desempenhar seu trabalho, não corresponde à riqueza por ele produzida, como no capitalismo o trabalho é transformado numa mera mercadoria, o valor pago pelo capitalista ao trabalhador não é correspondente a riqueza por este produzida<sup>15</sup>. Sendo uma mercadoria, quanto maior sua oferta, menor será o preço, ou seja, a existência do desemprego significa dificuldades de vida para o trabalhador, mas, para o capitalista pode ser um fator positivo, pois o preço do salário pago por ele será menor, o que significa que existe a possibilidade de alcançar maiores lucros.

Enquanto o sistema capitalista produz, através do trabalho assalariado, ocorre um aumento da riqueza, que fica concentrada nas mãos de poucos, assim ocorre o empobrecimento da classe trabalhadora. Segundo Netto e Braz “[...] a essência da produção capitalista está no trabalho assalariado e nas condições gerais que o possibilitam” (2008, p.136). Sendo assim a riqueza acumulada pela burguesia é obtida mediante a exploração do trabalhador. Como já foi salientado nos tópicos anteriores, o trabalho é o que funda o ser social, além de ser indispensável a toda e qualquer sociedade (MARX, 1996). É devido a esta extração da riqueza produzida pela força de trabalho que o capital tira o seu lucro, e para o capital este é o seu grande interesse.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentemente das sociedades anteriores ao capitalismo, os valores de troca assumem uma posição indispensável para a reprodução desse sistema, uma vez que cumpre um papel de eixo regulador das relações sociais (LESSA, 2002). Tudo vira mercadoria<sup>16</sup> neste modo de produção. A produção dos valores de uso que se constituem como mercadoria destinam-se a repetidas produções, ou seja, são produzidos mais de uma vez e conseqüentemente conduzidos para venda (NETTO; BRAZ, 2008).

Na observância dessas duas esferas categóricas (trabalho concreto e trabalho abstrato) que se faz presente no modelo da sociedade vigente, é notório a existência de uma grande diferenciação ontológica entre ambas, a diferença consiste que no trabalho concreto existe um fator decisivo o qual distinguirá um elemento do outro, é o fato de que esta atividade possui um caráter elementar a todas as formações sociais, que é a produção do valor de uso<sup>17</sup>, uma “[...] condição natural e eterna

---

<sup>14</sup> Quando cita-se a palavra exclusão pode-se analisar que “não estamos em face de um novo dualismo, que nos proponha as falsas alternativas de excluídos ou incluídos. A sociedade que exclui é a mesma que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não direitos [...] Mas exclusão não diz respeito apenas aos ‘excluídos’. Esse é, certamente, o problema menor porque é mais visível. A exclusão é o sintoma grave de uma transformação social que vem rapidamente fazendo de todos os seres humanos seres descartáveis, reduzidos à condição de coisa, forma extrema de vivência da alienação e da coisificação da pessoa” (MARTINS, 2002, p. 11 - 20).

<sup>15</sup> As determinações do mercado de trabalho e as necessidades do capital de ter reproduzida essa mercadoria chamada força de trabalho.

<sup>16</sup> “A mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 80).

<sup>17</sup> Vale salientar que não se pode limitar o valor de uso apenas a produto do trabalho, pois valores de uso também pode ser bens naturais indispensáveis a vida humana. Isto fica evidente quando citamos o ar (NETTO; BRAZ, 2008).

da vida humana [...]” (MARX, 1996, p. 303), não podendo ser eliminado da vida social. Já o trabalho abstrato não tem caráter universal e pode ser superado (LESSA, 2002), ele é parte integrante da lógica dessa formação social capitalista. Como esse modelo de sociedade não é universal, não esteve presente em toda história humana, o trabalho abstrato, que funda a sociedade capitalista, pode vir a desaparecer junto com a sociedade que lhe é solo.

Dessa forma, enquanto o trabalho, categoria fundante do ser social, tem um *status* de ineliminável, o trabalho abstrato, não. Logo, o fundamento e a motivação desta forma de trabalho abstrato, está na obtenção do lucro através da produção da mais-valia, e que conseqüentemente proporciona a acumulação do capital, razão do seu papel principal no contexto social.

Mesmo sendo o trabalho “fruto de atividade humana, resultante do dispêndio de energia física e mental, direta ou indiretamente voltada à produção de bens e serviços, contribuindo para a reprodução da vida humana, individual ou social” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008 p. 50), no modo de produção capitalista seu fim volta-se para a obtenção de lucro. “[...] o trabalho perde seu sentido como processo de humanização, sendo incorporado como atividade natural de produção para a troca, independente de seu contexto histórico” (Ibdem). Deixando de ser uma relação entre homens para se transformar em relações materiais entre coisas.

Perante estes aspectos representativos do sistema capitalista a necessidade do homem está posicionada numa condição inferior quando se trata do real objetivo do sistema, pois nesta forma de sociedade capitalista “o homem é uma mera peça de engrenagem da auto-reprodução do capital” (PANIAGO, 2002, p. 2). E sua produção está diretamente ligada não apenas a produção de mercadorias, mas prioritariamente da produção de mais-valia.

## REFERÊNCIA

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Mundo dos Homens**. São Paulo: Boitempo, 2002

LESSA, Sérgio. Comunismo: de que se trata? In: Galvão, A (Org). **Marxismo de Socialismo no século XXI**, p. 197 – 210. São Paulo: Cemarx/Xamá, 2005.

\_\_\_\_\_, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. Ed. Revista e Ampliada, Ijuí Ed. Unijuí, 2007.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Livro primeiro, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade visto do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.

PANIAGO, Soares. Resenha publicada na Revista Outubro – n 7 – Instituto de Estudos Marxistas - São Paulo – 2002.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.